

**SP19723**  
**146/40/12**

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 / Fax: +251 11 5 517 844

**website: [www.au.int](http://www.au.int)**

---

**Comité Ministerial  
sobre a Implementação da Agenda 2063**

**Relatório de Progresso sobre a Implementação do  
Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda  
2063**

**Maio de 2017**

**Direcção de Planificação Estratégica de Política,  
Monitorização & Avaliação e Mobilização de Recursos  
(SPPMERM)**

## ABREVIATURAS

<b>Abreviação</b>	<b>definições</b>
JPTC	Comissão Permanente Técnica Conjunta
DBSA	Desenvolvimento da África Austral
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
AIAS	Avaliação de Impacto Ambiental e Social
ADPI	Agência de Desenvolvimento e Promoção do Projecto de Grande Inga
MWG	Grupo de Trabalho Ministerial
SAATM	Mercado Único do Transporte Aéreo Africano
PAeN	Rede Electrónica ( <i>e-Network</i> ) Pan-Africana
POC	Comité de Supervisão da PAeN
AEP	Plataforma Económica africana
UE	União Europeia
GIZ	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
IOM	Organização Internacional para as Migrações
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
DSA	Departamento de Assuntos Sociais
RCM	Mecanismo de Coordenação Regional
CRP	Comité dos Representantes Permanentes
HRST	Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
ICAO	Organização Internacional da Aviação Civil
CAFAC	Constituição da Comissão Africana de Aviação Civil
AFRAA	Associação das Linhas Aéreas Africanas
IATA	Associação Internacional de Transporte Aéreo
STC	Comité Técnico Especializado
TTIET	

## Introdução

Este relatório de progresso sobre a implementação do Primeiro Plano Decenal da Implementação da Agenda 2063 cobre o período desde a Cimeira da UA de Janeiro de 2017

Este se concentra em:

- (i) Domesticação da Agenda 2063;
- (ii) Progresso em Projectos Emblemáticas;
- (iii) Quadro de Responsabilização e Medição da Agenda 2063, e o alinhamento dos sistemas de Monitorização e Avaliação (M&A) das Comunidades Económicas Regionais no contexto da Agenda 2063;
- (iv) Estratégia de Parceria e da Mobilização de Recursos;
- (v) Popularização da Agenda 2063;
- (vi) Desafios e o Caminho a Seguir

Os órgãos políticos da União são convidados a tomar nota dos progressos realizados, as questões e os desafios destacados e a rever e aprovar as acções/recomendações propostas.

### 1. A domesticação da Agenda 2063

#### Definição

A domesticação visa a facilitar a incorporação dos compromissos assumidos ao nível continental nos quadros políticos nacionais e programas ancorados na máquina de planificação de desenvolvimento nacional existente. No contexto da Agenda 2063, a “domesticação” pode ser definida em termos operacionais como:

***“O processo da criação de consciencialização e fortalecimento do engajamento dos cidadãos e apropriação da Agenda 2063, levando à inclusão informada dos seus objectivos, prioridades e metas em processos legislativos, políticos, institucionais, de planificação, programação e orçamentais que impulsionam o desenvolvimento ao nível nacional, sectorial e local”.***

#### Meta e Objectivos Gerais

O objectivo global da domesticação da Agenda 2063, ao nível nacional é de proporcionar apoio de assistência técnica à Comissão da UA para ajudar os Estados-Membros a criar novas visões autodirigidas e centradas para África para o desenvolvimento e transformação socioeconómica com base no quadro continental comum a longo prazo de 50 anos, que a Agenda 2063 e os planos de implementação decenal representam;

Os objectivos específicos da assistência técnica da CUA para a domesticação dos Estados-Membros são:

- (i) Promover a consciencialização, o engajamento e a apropriação dos cidadãos das instituições estatais, da Agenda 2063 para catalisar e sustentar uma dinâmica para a mudança e transformação;

- (ii) Garantir que os Estados-Membros traduzam os compromissos consagrados na Agenda 2063 em visões e planos para o desenvolvimento socioeconómico e transformação nacional a médio prazo; e
- (iii) Facilitar o progresso colectivo dos Estados-Membros na implementação da Agenda 2063, levando à transformação do continente e garantir que a África assume o seu lugar de direito no cenário global, incluindo a sua capacidade para financiar o seu desenvolvimento.

A domesticação do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063 para os quadros de planificação nacionais continuou sem sobressaltos. Muitos Estados-Membros demonstraram a sua vontade e embarcaram neste exercício. Em meados de Maio de 2017, a CUA visitou o Egípto, Níger e Uganda para o exercício, enquanto os planos estavam em curso para atender aos pedidos semelhantes dos outros Estados-Membros.

Espera-se que até a Cimeira de Julho de 2017, um total de 8 Estados-Membros tenha se submetido ao exercício de domesticação. A tabela abaixo comporta a lista actualizada dos Estados-Membros que têm a Agenda domesticada.

Abaixo é a lista actual dos países já abrangidos:

<b>África Central</b>	<b>África Oriental</b>	<b>Norte da África</b>	<b>África Austral</b>	<b>África Ocidental</b>
1. Camarões	1. Comores	1. Argélia	1. Botswana	1. Benim
2. República do Congo	2. Djibouti	2. Saharai	2. Lesoto	2. Burkina Faso
3. RDC	3. Eritreia	3. Egípto	3. Malawi	3. Côte d'Ivoire
4. São Tomé e Príncipe	4. Quênia		4. Moçambique	4. Gana
5. Níger	5. Maurícias		5. Namíbia	5. Gâmbia
6. Gabão	6. Ruanda		6. Suazilândia	6. Libéria
	7. Seychelles		7. Zâmbia	7. Nigéria
	8. Sudão		8. Zimbabwe	8. Senegal
	9. Uganda			9. Togo

No geral, todos os países visitados estavam a tomar sério o exercício da domesticação. Alguns deles até manifestaram prontidão para partilhar as suas experiências com os órgãos da UA e outros Estados-Membros em diversas áreas, através de proporcionar formação etc.; e os seus chefes de Estado a apresentarem os seus relatórios de progresso para a cimeira da UA a fim de avançar na implementação da Agenda 2063.

Por forma a manter o ímpeto e edificar sobre as acções acordadas com os países durante as missões da CUA, a Comissão, em colaboração com o Governo do Lesoto organizou um workshop de consolidação em Dezembro de 2016 para o primeiro grupo de 32 países que até então tinham domesticado a Agenda 2063. Os principais objectivos do Workshop eram de:

- i. Fazer um balanço do progresso, partilhar experiências sobre os processos e metodologias, mecanismos institucionais, desafios e lições aprendidas sobre a domesticação do Primeiro Plano de Implementação Decenal (FTYIP), bem como dos conhecimentos sobre a integração dos ODS e FTYIP;
- ii. Identificar a assistência técnica e outras necessidades exigidas da Comissão para apoiar os Estados-Membros;
- iii. Informar e solicitar contribuições sobre o quadro da medição do FTYIP (isto é, indicadores e fontes de dados), bem como o Processo de harmonização e convergência de M&A das CER;
- iv. Identificar como as CER podem apoiar os esforços de domesticação dos Estados-Membros.

O workshop contou com a participação de 60 participantes, de mais de 31 Estados Membros da UA. Os participantes incluíam, planificadores e outros peritos nacionais dos Estados Membros da UA, UNEAC, Agência da NEPAD e do PNUD. Fez revisão do exercício da domesticação e ponderou-se sobre os seus sucessos e desafios. Por fim saiu-se com as seguintes recomendações:

- Os Estados-Membros solicitaram à Comissão para facilitar o processo da domesticação, através de proporcionar-lhes ferramentas e directrizes para a integração da Agenda 2063 nos seus planos nacionais;
- Os Estados-Membros solicitaram igualmente à Comissão a prosseguir com os esforços de sensibilização e de divulgação da Agenda 2063 no sentido de aumentar a consciencialização em todos os níveis;
- Houve consenso de que cada Estado-Membro deve ter “um ponto de entrada” (Ministério, departamento ou outras estruturas) para todos os assuntos e comunicação relacionados com a Agenda 2063;
- Os Estados-Membros apelaram à Comissão da UA e ao sistema da ONU para encontrar uma maneira harmonizada no sentido de facilitar a implementação dos elementos-chave em ambas as Agendas.

Espera-se que o presente exercício continue, uma vez que a lista dos Estados-Membros que estão a domesticar a Agenda está a crescer.

## **2. Projectos Emblemáticos da Agenda 2063:**

Dentro desta subsecção, um resumo geral dos Projectos Emblemáticos da Agenda 2063 é abordado (Consultar o Anexo 1 da Matriz sobre os Projectos Emblemáticos). Importa observar que o informe faz um resumo global do progresso que foi feito a partir de Abril de 2017 após a actualização de 2016 efectuada ao Comité Ministerial sobre a Agenda 2063.

A partir disso, o lançamento da Plataforma Económica Africana em Port Louis, nas Ilhas Maurícias, que viu os Líderes Africanos avançar em diálogo para debater as questões transversais que afectam as economias de África e as formas pelas quais as oportunidades e opções destes poderiam ser aproveitadas no sentido de garantir a transformação continental. As actividades actuais tiveram sucessos pela Inauguração da AEP que incluía; a finalização do Relatório da Plataforma Económica Africana (AEP) Inaugural para apresentação à Comissão, ao CRP e ao Conselho Executivo, a criação de uma Unidade da Gestão de Conhecimentos da AEP *Knowledge Management* (AEP KMU), gestão e divulgação dos produtos de conhecimento trazido pela AEP KMU e solidificando a estratégia de comunicação para garantir a transparência, envolvimento e sensibilização dos intervenientes direccionados.

Além disso, houve progresso em relação à Emblemática sobre a Zona de Comércio Livre Continental e a Estratégia de Produtos Africanos facilitados através da Direcção de Comércio e Indústria. As actividades em curso nisto incluem reunião da Força de Trabalho Continental (CTF), reunião do Fórum de Negociação (NF), reunião dos Altos Funcionários do Comércio (STO), reunião dos Ministros Africanos do Comércio (AMOT), reunião do Grupo de Trabalho Técnico (GTT), e a Formação TRIST do Banco Mundial que funciona como actividades para a progressão da ZCLC. A alteração da estratégia de Produtos Africanos está em curso para garantir que a transformação e o processamento de produtos e recursos naturais estão incluídos no aproveitamento do potencial económico de África.

Em relação a Rede Electrónica Pan-Africana (PAeN), o Comité de Supervisão (POC) está para estabelecer a estrutura da Entidade Cooperativa de Gestão da PAeN com a inclusão do mecanismo de financiamento para a rede e o nível da participação financeira dos usuários para as operações, a manutenção e desenvolvimento dentro da rede para a sustentabilidade nos seus serviços e na avaliação de activos.

Para o estabelecimento do Grande Museu de África na Argélia, a pessoa focal para Museu da parte da Argélia foi nomeada e as preparações para a realização da 1ª Reunião da Comité Técnico está em curso.

No geral, no que se refere às parcerias nos Projectos Emblemáticos, além dos parceiros tradicionais da CUA, outras parcerias e alianças incluíam: Organização Internacional da Aviação Civil, Associação Internacional de Transporte Aéreo, Associação das Linhas Aéreas Africanas para o Mercado Único de Transporte Aéreo Africano; China para o projecto emblemático sobre a Rede Ferroviária Africana Integrada de Alta Velocidade; e a República da Índia e os Consultores das Telecomunicações da Índia Ltd. para a PAeN. No entanto, as Direcções de coordenação encontraram numerosos desafios que são principalmente constituídos pelos recursos humanos e capital financeiro limitados, por forma a preservar a sustentabilidade dos Projectos Emblemáticos da Agenda 2063.

### **3. Quadro de Responsabilização para a Agenda 2063 e Alinhamento dos Sistemas de M&A das CER**

#### **3.1 Validação da Estrutura de Medição para a Agenda 2063**

O Comité Técnico Especializado dos Ministros das Finanças, Assuntos Monetários, Economia, Planificação e Integração da UA aprovou o FTYIP da Agenda 2063 como um mecanismo através do qual tanto o quadro continental seria medido. Isto seguiu uma demonstração de que há uma forte convergência entre as duas agendas. Além disso, e após a aprovação de indicadores do Comité de Directores-gerais de Estatística, uma Equipe Técnica foi criada para, *entre outras coisas*, desenvolver um Sistema global e de Avaliação do FTYIP da Agenda 2023.

Assim, uma série de sessões de trabalho foram realizadas pela Equipe Técnica que resultou em dois produtos principais: i) um projecto do Quadro de Monitorização e Avaliação; e ii) um Manual de Indicadores de participação que proporciona detalhes granulares para a recolha, cálculo e elaboração de relatórios. Para avançar ainda mais o processo, a Comissão da União Africana, com a ajuda financeira do Gabinete de Apoio ao Secretariado Conjunto (JSSO), organizou um workshop de acompanhamento para:

1. desenvolver e realizar a validação técnica das ferramentas de execução e apoio de implementação da M&A do FTYIP;
2. validar um fluxo de trabalho estruturado para a domesticação e internalização do Quadro da M&A da implementação do FTYIP em todos os níveis (ou seja, os Estados-Membros, regionais e continentais);
3. realizar uma formação de formadores do grupo técnico de trabalho em preparação para o apoio do Quadro da M&A de implementação do FTYIP;

Até agora, as principais realizações e o estado da situação é:

- 1- O Quadro de M&A da Agenda 2063 e os indicadores essenciais e o Manual de Dados Meta foram desenvolvidos;
- 2- Modelos de relatórios, manual de formação, implantação do Quadro de M&A, a Recolha de Dados *Online* e a Plataforma de Relatórios estão em curso;

Esperava-se que um projecto de Quadro da M&A fosse apresentado ao CTE durante a reunião em Março de 2017, em Dakar. Uma vez que a reunião não se realizou, o relatório é apresentado a esta reunião, para a apreciação e recomendação para a Cimeira de Julho de 2017.

#### **4. Estratégia de Financiamento, Mobilização de Recursos Internos e de Parceria**

No que diz respeito a Estratégia de Financiamento, Mobilização de Recursos Internos e de Parceria, muitas acções foram tomadas até à data. Algumas delas constituíram as recomendações feitas durante a Reunião dos Peritos sobre a Estratégia de Financiamento, Mobilização de Recursos Internos e Parceria da Agenda 2063 co-organizada pela CUA, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (UNECA) de 13 a 15 de Dezembro de 2016.

##### *I. "Produção e disseminação/domesticação de uma "Agenda 2063 Financiamento e Guia de DRM"*

A reunião de peritos recomendou Financiamento e Guia de DRM da Agenda 2063 que integra as principais recomendações da reunião de peritos para a divulgação aos Estados-Membros, em estreita colaboração com as Comunidades Económicas Regionais (CER).

##### *II. Plataforma de Coordenação de Mobilização de Recursos da UA-BAD-UNECA*

A reunião de peritos aprovou a proposta sobre a criação de uma plataforma conjunta de Mobilização de Recursos UA-BAD-UNECA, cujo papel irá incluir, entre outros: o lobby político para a mobilização de recursos em África e na Agenda 2063; rastreio dos compromissos financeiros de parceiros contra o desembolso real; garantir que os recursos financeiros destinados para a África são efectivamente desembolsados e geridos com o envolvimento das instituições africanas; e fortemente advogar para a mobilização de recursos para a África.

##### *III. Quadro Institucional para a Implementação da Estratégia de Financiamento, Mobilização de Recursos Internos e de Parceria da Agenda 2063:*

A Reunião de Peritos melhorou e endossou o quadro institucional para a implementação, monitorização e avaliação de Financiamento, DRM e Estratégia de Parceria.

#### IV. *Roteiro para a Implementação da Estratégia de Financiamento, DRM e de Parceria da Agenda 2063:*

A reunião dos peritos sugeriu que um roteiro para a implementação da Estratégia seja definida para implementação imediata, sob a liderança técnica da CUA/BAD e em estreita colaboração com a UNECA, a UA (CUA e NPCA), e os actores do sector financeiro relevantes. A implementação desta estratégia deverá respeitar os seguintes princípios:

Evitar a duplicação: Aproveitamento dos meios e instituições existentes para evitar a duplicação e aproveitar as complementaridades. Em particular, os programas de BAD, CEA e DFI Regionais existentes devem ser aproveitados.

Aprender com as instituições e centros de excelência existentes: Aprender com as instituições e centros de excelência já existentes, no caso de;

- i) A regionalização dos mercados de acções/títulos, aproveitando a experiência da BRVM bolsa de valores regionais (Bolsa Regional de Valores Mobiliários) na África Ocidental;
- ii) O desenvolvimento de equidade privada de propriedade Africana, incluindo a criação de um fundo de fundos para esse fim e;
- iii) A criação e desenvolvimento de Redes Anjos de investidores Regionais/Continental africanos (AAIN).

O Papel de DFI existente: DFI Regional e nacional deve desempenhar um papel mais proeminente no financiamento/implementação dos projectos da Agenda 2063.

A este respeito, o processo de finalização da Estratégia estava em curso e esperava-se que o projecto da estratégia seria considerado e recomendado para a adopção durante a Reunião Técnica Especializada Anual Conjunta de Planificação, Economia, Finanças e Integração em Março de 2017. No entanto, uma vez que esta reunião não teve lugar, o processo encontra-se parado e mudou-se para ser discutido pelo Comité Ministerial para recomendar para a Cimeira de Junho de 2017.

#### **5. Sensibilização e Popularização**

A Comissão tem continuado a aumentar a consciencialização sobre a Agenda 2063, principalmente através das suas missões de domesticação aos Estados-Membros, CER e em vários fóruns regionais e internacionais. Os documentos e informações relacionadas com a Agenda 2063 continuam a ser disseminados, e a Agenda está se a tornar amplamente entendida tanto dentro e fora do continente, atraindo intervenientes a fazer parte da iniciativa.

A este respeito, a CUA está no processo de iniciar a formação para a juventude Africana sobre a Agenda 2063 que poderia ter lugar anualmente. O objectivo é de ajudá-los a se organizar numa espécie de movimento chamado JUVENTUDE PARA A AGENDA 2063 para que possam promover a Agenda nos seus países e no continente em geral. O programa é para começar com um grupo de cerca de quarenta voluntários

que estão actualmente a apoiar a Comissão em várias actividades. Espera-se que este programa levante mais consciencialização ao nível da base e sensibilizar as pessoas sobre o seu papel como actores-chave da Agenda 2063.

Além disso, a CUA está igualmente a contemplar a marca da UA como um meio na promoção da sua imagem e da Agenda 2063. Neste aspecto, a CUA está a planear realizar pesquisas para estabelecer pontos de vista dos povos africanos sobre a UA.

Dito isto, a falta de recursos adequados continua a estar entre os desafios da União. Nesta área específica, por exemplo, a Comissão da UA tinha já acordado com a Federação Pan-Africana de Cineastas (FEPASI) para desenvolver um filme sobre a Agenda 2063. No entanto, devido aos recursos financeiros limitados, o projecto ainda não começou.

## **6. Conclusão**

Em conclusão, a implementação da Agenda 2063 continua a fazer um grande progresso em todos os níveis. No entanto, ainda existem inúmeros desafios e questões levantadas pelos EM durante as missões de domesticação. A reforma rápida da União sob a liderança do Presidente Kagame, e a implementação da decisão sobre o financiamento da União deveriam ser os principais catalisadores com vista à realização da Agenda 2063.

### *6.1. Questões levantadas pelos Estados-Membros*

Durante as várias visitas da CUA aos Estados-Membros, alguns dos problemas levantados foram:

- i) A Comissão deve tomar medidas para acelerar o processo da domesticação;
- ii) A CUA, o PNUD regional, e outros intervenientes devem harmonizar e facilitar o processo de domesticação comum;
- iii) A restrição financeira continua a ser um desafio significativo para os EM na domesticação e popularização da Agenda 2063;
- iv) A visibilidade inadequada da Agenda 2063 nos Estados-Membros;
- v) Os Estados-Membros são incentivados a enviar relatórios de progresso sobre a implementação da Agenda 2063 até a Cimeira.

### *6.2. Coordenação*

Desde 2013, Direcção de Planificação Política, Monitorização e Avaliação e Mobilização de Recursos (SPPMERM) coordena a Agenda 2063, apesar das restrições orçamentais e de pessoal. Actualmente, a Divisão que coordena toda a Agenda 2063 tem apenas dois Funcionários regulares e um Consultor. A Comissão apreciou a recomendação do CRP de financiar todas as actividades relacionadas com a Agenda 2063 a partir dos Estados-Membros para evitar a libertação tardia dos Fundos dos Parceiros.

### 6.3. *Recomendações*

Para a Comissão coordenar a implementação, o Comité Ministerial sobre a Agenda 2063 é solicitado a considerar o seguinte:

- i. Continuação do financiamento das actividades da Agenda 2063 no âmbito do Fundo dos Estados-Membros;
- ii. Na sequência do desenvolvimento do Quadro de M&A e na Estratégia de Financiamento, Mobilização Nacional de Recursos e a fim de harmonizar plenamente e integrar o FTYIP da Agenda 2063 nos Estados-Membros e nas CER, a Comissão solicita autorização para o fortalecimento da estrutura temporária através de recrutamento de 8 funcionários responsáveis pelas CER, 3 Consultores sob um contrato-quadro para facilitar a domesticação, a Monitorização e Avaliação. A estrutura foi aprovada pela Decisão no Relatório da Comissão sobre o Desenvolvimento do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063 [EX.CL/Dec.883(XXVII)].
- iii. Assinatura do Memorando de Entendimento com o PNUD e o Sistema das Nações Unidas para ter uma Missão de Domesticação conjunta para os Estados Membros e ter um relatório único para os dois Quadros;
- iv. Estabelecer um Fundo Voluntário para a Assistência Técnica da Agenda 2063 para os Estados-Membros;
- v. Fortalecer os Pontos Focais dos Estados Membros para a Agenda 2063 (Ministérios de Planificação);
- vi. Incentivar os Estados-Membros a proporcionar formação, capacitação e troca de experiências sobre a Agenda 2063 aos seus cidadãos;
- vii. Solicitar aos Estados-Membros a apresentar um relatório anual sobre a Agenda 2063 para a Cimeira;
- viii. As CER serem encorajadas a reforçar a cooperação entre si no intercâmbio de informações e experiências, como no domínio da formação.

**PROGRESSO DO PROJECTO EMBLEMÁTICO DA AGENDA 2063 DE ABRIL DE 2017**

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
1.	<b>Grande Barragem de Inga</b>	<p>1. Um Tratado sobre o Projecto de Grande Inga foi assinado entre África do Sul e República Democrática do Congo em 29 de Outubro de 2013 e ratificado pelo Parlamento da RDC em 21 de Novembro de 2014. Os dois países também assinaram um Acordo de Cooperação sobre os recursos energéticos em 09 de Setembro de 2014 na Cidade de Cabo. As negociações com a Nigéria para comprar cerca de 2000 MW, através da construção de interligação de linhas INGA-Calabar começou em Fevereiro de 2014, mas o acordo ainda está para ser finalizado.</p> <p>2. A primeira fase do projecto Grande Inga, igualmente chamado Inga 3, estará equipado para 4800 MW com uma represa baixa com uma opção de 7.800 MW com a represa alta, e será desenvolvido sob o modelo PPP na sequência do seminário de orientação e formação da CUA organizado em 01-03 de Fevereiro de 2012, para peritos nacionais do Ministério de Energia e Serviços Nacionais de SNEL da RDC.</p> <p>3. A fonte de 4800 MW gerado por Inga 3 será compartilhada como se segue:(i) 2.500 MW para a África do Sul; (ii) 1300 MW para indústrias extractivas e as populações de Katanga (SNEL); e (iii) 1.000 MW para Kinshasa e em outras cidades da RDC (SNEL).</p> <p>4. Governo da RDC adoptou, em 17 de Junho de 2014 uma nova lei de liberalização do sector da electricidade.</p> <p>5. A criação de uma Autoridade dedicada, chamada ADPI (Agence pour le Développement et la Promotion du Projet Grande Inga) com poderes para o desenvolvimento e promoção do Site Inga (Inga 3 e fases subsequentes de Grand Inga hidro projecto) foi concluída em 13 de Outubro de 2015 com a designação de um coordenador desta Autoridade no Gabinete da S. Excia. o Chefe de Estado.</p>	<p>1. ADPI operacional</p> <p>2. Estabelecimento da Comissão Permanente Técnica Conjunta de SA-RDC (JPTC) para a operacionalização do Tratado assinado entre a África do Sul e a República Democrática do Congo, ainda por operacionalizar</p>	<p>1. Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Agence Française de Développement / França, Banco Europeu de Investimento, DBSA, tem todo o interesse demonstrado em contribuir para o financiamento do projecto INGA III.</p> <p>2. Entre outros, o BAD financiou a actualização dos estudos de viabilidade, enquanto o Banco Mundial comprometeu recursos para a estratégia de comunicação estudos de Avaliação do Impacto Social (AIAS) Ambiental e, as auditorias financeiras para os anos de 2014, 2015 e 2016.</p> <p>3. Mas, em Julho de 2016, o Banco Mundial anunciou a suspensão do seu apoio a este projecto. O Governo da RDC e o Coordenador da ADPI estão</p>	<p>1. Acordo de Cooperação e Tratado assinado entre SA e RDC</p> <p>2. Acordo de Cooperação entre a Nigéria e República Democrática do Congo, ainda não finalizado</p> <p>3. Acordo de Cooperação assinado por ADPI com a Autoridade da Zona Económica do Canal de Suez do Egipto</p>	<p>Os principais desafios são:</p> <p>1. A estabilidade política da RDC nas próximas décadas para permitir a conclusão do projecto de Grande Inga, sustentar a operação INGA 3 e o desenvolvimento das outras fases do projecto do Grande Inga e corredores de transmissão de energia relacionados.</p> <p>2. Conclusão rápida e positiva das negociações com o Banco Mundial um bom sinal para potenciais investidores e parceiros de desenvolvimento que querem ter um papel activo no desenvolvimento de este mega projecto</p> <p>3. conclusão rápida de todos os estudos técnicos, incluindo AIAS para reduzir atraso no lançamento de Inga 3</p> <p>4. Capacidade do Governo da RDC de mobilizar o seu próprio contributo para este projecto</p>	<p>Os próximos passos são:</p> <p>1. Ratificação e divulgação da Lei Inga;</p> <p>2. Conclusão de todos os estudos técnicos e estudos da ESIA;</p> <p>3. Estabelecimento da Comissão Permanente Técnica Conjunta (JPTC) de SA-RDC para a operacionalização do Tratado assinado entre a África do Sul e a República Democrática do Congo;</p> <p>4. Conclusão das negociações com o Banco Mundial, a fim de retomar a cooperação em matéria de Inga 3 desenvolvimento e fases subsequentes do Projecto Grande Inga;</p> <p>5. Formalização do BAD promessa para financiar os estudos da AIAS;</p> <p>6. Operacionalização do Acordo de Cooperação assinado com o Egipto;</p> <p>7. Conclusões das negociações com a Nigéria;</p> <p>8. Programa de promoção da missão do Projecto;</p> <p>9. Conclusão das negociações com o agente de desenvolvimento privado de Inga 3;</p> <p>10. Mobilização de recursos técnicos e financeiros para apoiar o ADPI recém-criado.</p> <p>11. No âmbito do Primeiro Plano Decenal da Agenda 2063, o departamento de I&amp;E irá continuar a trabalhar com a RDC para facilitar a fechar a lacuna financeira e a implementação de Inga 3, contribuir para a disseminação da lei Inga e mobilizar parceiros de desenvolvimento e o sector privado a contribuir para o desenvolvimento das fases subsequentes do projecto de Grande Inga.</p>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
		<p>6. Uma nova lei dedicada ao desenvolvimento de projectos de Grande Inga, chamada Lei INGA, está em preparação a fim de criar um clima propício para atrair investimentos privados no desenvolvimento do enorme potencial hidrelétrica da RDC. Inicialmente a ser ratificada em Junho de 2016, a lei ainda está em análise pela ADPI e deverá ser ratificada este ano de 2017.</p> <p>7. Em Fevereiro de 2016, ADPI assinou com o Canal de Suez, a Zona Económica da Autoridade do Egipto, um acordo de cooperação no desenvolvimento do projecto de Grande Inga com capacitação em estudos técnicos e AIAS. ADPI segue este modelo na revisão do Acordo de Cooperação do Projecto a ser assinado com a Nigéria.</p> <p>8. O Governo contratou os serviços de consultores financeiros e legais para proceder à seleção do patrocinador do projecto para o desenvolvimento de INGA 3, o projecto hidrelétrico a seguir o modelo PPP, conforme o recomendado pela CUA.</p> <p>9. O lançamento do processo de seleção do empreendedor privado entre os três consórcios pré-selecionados começou em Agosto de 2015 e esperava-se que se concluísse até Junho de 2016. Mas, na sequência do pedido de um desses consórcios, o processo foi estendido para Novembro de 2016.</p> <p>A construção de Inga 3 está previsto o seu lançamento em Junho de 2017, esperando que todos os estudos técnicos, incluindo AIAS, documentação de concurso e processo de mobilização de recursos tenham sido concluídos antes deste prazo. Espera-se que a construção seja concluída em 2022.</p>		<p>em negociações com o Banco Mundial para rever esta posição.</p> <p>4. Enquanto isso, com o apoio da CUA, o diálogo com o BAD para financiar esta componente de AIAS foi iniciada nas margens da Semana de PIDA realizada em Cote d'Ivoire de 21-24 de Novembro de 2016. Resposta positiva a partir do BAD foi prometida.</p> <p>5. A CUA está a apoiar ADPI com a capacitação em estudos de AIAS, revisão em colaboração com o PNUMA e a divulgação da Lei Inga, bem como a mobilização de recursos para o desenvolvimento do projecto Inga</p>			<p>12. A seleção de Inga III como empreendedor privado não foi finalizado até Dezembro de 2016, inicialmente indicado, de modo que o lançamento da construção de Inga 3 ainda está para ser advertido.</p> <p><b>Recomendações:</b></p> <p>1. A CUA está a contribuir na mobilização de todos os parceiros de desenvolvimento e sector privado para apoiar este projecto de impacto continental, bem como o desenvolvimento de corredores de transmissão de energia, melhoria do comércio de energia e melhor segurança energética ao nível regional e continental.</p> <p>2. Cada organismo regional ou instituição especializada (como CEEAC, a SADC, CEDEAO e agrupamentos energéticos regionais) devem juntar as mãos com a CUA neste esforço.</p> <p>3. É necessário orientar os parceiros de desenvolvimento para se concentrarem nas seguintes áreas de cooperação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio financeiro para o Governo da RDC para mobilizar o seu próprio contributo para este projecto;</li> <li>- Formação e capacitação do pessoal-chave envolvido na gestão do sector da energia, nomeadamente na supervisão, operação e manutenção de usinas hidrelétricas;</li> <li>- Assistência Técnica à ADPI recém-criada;</li> <li>- A mobilização do sector privado para investir em várias fases do projecto hidrelétrico de Grande Inga.</li> </ul>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
2.	Rede Ferroviária Africana de Alta Velocidade (AIHSRN)	<p>1. <b>Projecto de Estratégia Conjunta África-China da Rede Ferroviária Integrada de Alta Velocidade Africana da Visão 2063:</b> Uma série de reuniões conjuntas de peritos África-China foram realizadas, mas a visão conjunta ainda está para ser finalizada.</p> <p>2. <b>Projecto de Estratégia Conjunta África-China Plano Quinquenal de Acção e Roteiro sobre a Cooperação Ferroviária (2016-2020):</b> Finalizado e assinado pela Presidente da CUA, S. Excia. Dra. Nkosazana Dlamini Zuma e pelo Ministro de NDRC da China, S.Excia. Sr. Xu Shaoshi, na Sede da UA em 05 de Outubro de 2016. <b>NB:</b> o Plano de Acção é para a cooperação Ferroviária em geral e não específica para o projecto AIHSRN.</p> <p>3. <b>Elaboração da estrutura da rota preliminar e o mapa do AIHSRN:</b> Completo</p> <p>4. <b>Elaboração da estrutura, funções e perfis de trabalho da Unidade da Implementação do Projecto (PIU):</b> Já elaborado.</p> <p>5. <b>Criação do PIU:</b> Provisoriamente instituído nos termos da NPCA em Joanesburgo, RSA.</p> <p><b>Realização de um estudo de viabilidade abrangente (CFS) da AIHSRN:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Termos de Referência (TdR) para os CFS foram preparados;</li> <li>▪ Manifestação de Interesse (EoI) foram convidados para um estudo exploratório detalhado (DSS), que é a Fase I do CFS;</li> <li>▪ 200.000,00\$EU foram mobilizados a partir da UA para a PIU e DSS;</li> <li>▪ A Equipe de Coordenação Técnica (TCT) foi formada.</li> </ul>	<p>NPCA: Coordenador Equipe Técnica de Coordenação (TCT)</p> <p>Unidade de Implementação do Projecto (PIU)</p>	Orçamento da CUA	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. NPCA</li> <li>2. CER</li> <li>3. UIC</li> <li>4. UAR</li> <li>5. China</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A falta de pessoal profissional em matéria de transportes ferroviários na CUA;</li> <li>2. Recursos financeiros inadequados especialmente para o estudo abrangente de pré-viabilidade do projecto;</li> <li>3. Capacidades técnicas e de gestão fracas na indústria ferroviária ao nível nacional, regional e continental</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A CUA deve liderar de forma contínua a sensibilização dos Estados Membros da UA para priorizar o desenvolvimento ferroviário;</li> <li>2. A CUA e a NPCA devem agilizar a operacionalização e o fortalecimento da Unidade de Implementação do Projecto (PIU) e a Equipe de Coordenação Técnica (TCT);</li> <li>3. A CUA e a NPCA devem reforçar os esforços de mobilização de recursos para o estudo abrangente de pré-viabilidade, incluindo o envolvimento das instituições financeiras de desenvolvimento africanos e internacionais, tais como o BAD, DBSA, BIsD, etc.</li> <li>4. A CUA deve realizar consulta com o Ministério do Comércio da China e da Corporação de Construção Ferroviária da China (CRCC) sobre o papel da China como um potencial parceiro estratégico/investidores na implementação do projecto.</li> <li>5. A CUA deve prosseguir o renascimento e o fortalecimento da União Ferroviária Africana (UAR) e as instituições de formação ferroviárias regionais para melhorar a capacitação profissional ferroviária em África.</li> </ol>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
3.	<b>Mercado Único de Transporte Aéreo Africano (SAATM)</b>	<p>As actividades em curso são baseadas no roteiro estabelecido pelo Grupo de Trabalho Ministerial (MWG). O Grupo consiste nos Estados-Membros que assinaram o compromisso solene.</p> <p>1. <b>Organizar reuniões do MWG:</b> A primeira e a segunda reuniões foram realizadas e uma terceira reunião está prevista na preparação do lançamento do SAATM em 2017.</p> <p>2. <b>Advocacia para o Mercado Único do Transporte Aéreo Africano:</b> Notas Verbais e cartas foram enviadas a todos os Estados-Membros com a Decisão da Cimeira, Declaração e Compromisso Solene. A CUA e o parceiro estiveram envolvidos em acções de advocacia através de vários fóruns e meios de comunicação social. Até à data, mais nove Estados Membros aderiram aos iniciais onze pioneiros. A composição actual é: Benim, Botswana, Cabo Verde, República do Congo, Côte d'Ivoire, Egípto, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Quênia, Mali, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, África do Sul, Suazilândia, Togo e Zimbabwe.</p> <p>3. <b>Fortalecimento da Agência Executora da Decisão de Yamoussoukro (YD):</b></p> <p>(a) Os textos regulamentares do YD foram alinhados e considerados pela CTE-TTIIET. O texto precisa igualmente de ser adoptado pela CTE da Justiça e Assuntos Jurídicos.</p> <p>(b) A CUA escreveu ao BAD para apoiar a operacionalização da Agência Executora sem resposta até o momento;</p> <p>(c) CAFAC e as CER ainda não concluíram um memorando de cooperação para a gestão suave do SAATM.</p>	<p>1. Grupo de Trabalho Ministerial reconhecido como um grupo de trabalho especial sob o CTE para TTIIET</p> <p>2. O órgão de acompanhamento da Decisão de Yamoussoukro com a CUA como Presidente e UNECA como Secretariado. Outros membros incluem AFRAA e as CER.</p> <p>3. A Agência Executora da Decisão de Yamoussoukro (EA) responsável pela supervisão operacional do Mercado</p>	<p>1. Orçamento da CUA.</p> <p>2. Assistência técnica da UE</p> <p>3. BAD aproximou para o financiamento da Agência de Execução de YD</p>	<p>1. UE</p> <p>2. ICAO</p> <p>3. UNECA</p> <p>4. CAFAC</p> <p>5. AFRAA</p> <p>6. IATA</p>	<p>1. Ritmo lento dos Estados Membros na assinatura do Compromisso Solene,</p> <p>2. Harmonização lenta dos Acordos Bilaterais sobre Serviços Aéreos (BASA): apenas dois (2) Estados indicaram acções tomadas para harmonizar os seus BASA.</p> <p>3. A falta de financiamento para a Agência Executora do YD (CAFAC).</p> <p>4. Adopção tardia e publicação dos textos institucionais e Regulamentares da Decisão de Yamoussoukro.</p> <p>5. Conclusão tardia da CER-CAFAC MoC sobre o funcionamento da Agência de Execução.</p> <p>6. Alguns Estados ainda não estão totalmente conscientes dos benefícios globais da realização do mercado único do transporte aéreo Africano e as potencialidades para a criação de postos de trabalho.</p> <p>7. Atraso no recrutamento de uma equipe em tempo integral no transporte aéreo</p> <p>8. Um certo número de Estados-Membros ainda têm dificuldades em cumprir as normas mínimas de segurança</p>	<p>1. Como um caminho a seguir há uma necessidade de aplicar plenamente o mapa de actividades do Roteiro do Grupo Ministerial de Trabalho;</p> <p>2. Além disso advocacia para mais Estados aderirem;</p> <p>3. Acções de seguimento sobre a implementação das medidas imediatas;</p> <p>4. Identificar fontes alternativas de financiamento para financiar as actividades da Agência Executora;</p> <p>5. Avaliar a implementação actual da YD entre os Estados-Membros;</p> <p>6. Garantir que os Textos Regulamentares e Institucionais sejam adoptados pelos órgãos da UA de tomada de decisão o mais rápido possível.</p> <p><b>Recomendações:</b></p> <p>1. Organizar a terceira reunião do MWG para determinar o nível da prontidão no sentido de lançar o SAATM em 2017;</p> <p>2. Apoiar os Estados Membros na implementação dos objectivos de segurança em Abuja e as metas de Windhoek de segurança, a fim de cumprir com as normas mínimas da ICAO.</p> <p>3. A CUA deve fazer o acompanhamento do pedido de financiamento para o ADB.</p> <p>4. A CUA deve acelerar o processo de recrutamento do</p>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
.		<p>4. <b>Medidas concretas para o estabelecimento do SAATM:</b> Até hoje, apenas Ruanda e África do Sul têm relatado as medidas tomadas para implementar as medidas imediatas para o estabelecimento da SAATM.</p> <p>5. O CTE-TTIIET adoptou as funções revistas do Organismo de Monitorização da YD;</p> <p>6. <b>Formulação da política externa</b> para a negociação de acordos de serviços aéreos com países terceiros e regiões está em curso</p>				e de segurança prescritos pela OACI	<p>Recomendações / Caminho a Seguir</p> <p>personal necessário para o Transporte Aéreo.</p>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
4.	<b>Rede Electrónica Pan-Africana (e-Network) (PAeN)</b>	<p>Desde 2016, para além de serviços de Tele-educação e Telemedicina proporcionados pelo PAeN, a CUA tem vindo a prosseguir a implementação do Plano de Acção para a sustentabilidade do PAeN e esta implementação levou a resultados concretos seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A reunião da Assembleia de Usuários da Rede Pan-Africana <i>e-Network</i> (PAeN), realizada em 26 – 27 de Abril de 2016 aprovou o regime proposto para tele continuidade e sustentabilidade dos serviços da rede. Isto incluiu: estrutura de gestão para operações e manutenção (O&amp;M), mecanismo de financiamento, taxas de fluxo de serviços e receitas.</li> <li>- A avaliação da utilização PAeN pelos Estados-Membros. Uma pesquisa foi enviada a todos os Estados membros participantes. A CUA está a aguardar pelas respostas por parte dos membros participantes.</li> <li>- esforços em curso para ligar a PAeN com a Universidade Virtual e-Africana da CUA/ HRST e as iniciativas da Universidade Pan-Africana após a transferência bem-sucedida de PAeN às Partes africanas.</li> </ul>	<p>O novo governo da PAeN para a gestão e funcionamento da rede após a sua transferência para as Partes africanas que incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Assembleia dos usuários como o órgão máximo de governar a rede</li> <li>• O Comité de Supervisão PAeN (POC)</li> <li>• Entidade Cooperativa de Gestão PAeN.</li> </ul> <p>O propósito da Comissão de Supervisão do PAeN (POC) é para proporcionar uma orientação política geral e de governação para as actividades da sustentabilidade da PAeN. A este respeito, a Comissão de Supervisão realizou uma reunião de 14 a 15 de Julho de 2016 em Dakar sobre as questões relacionadas com o seu mandato. O POC vai continuar a trabalhar até ao primeiro trimestre de 2017, a estrutura de Gestão do PAeN após a transferência para a África; o mecanismo de financiamento da rede e o nível de participação financeira dos usuários para a operação, manutenção e desenvolvimento da rede para a sustentabilidade dos seus serviços e a avaliação de activos.</p>	<p>O projecto é totalmente financiado pela Índia e, conforme o acordo, a Índia iria operar a rede por 5 anos e, em seguida, transferi-la para as partes africanas; No orçamento de 2017, o montante de 110.000 \$EU foi alocado para apoiar a implementação do Plano de Acção com o objectivo de transferir a rede para as Partes africanas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Governo da Índia</li> <li>- Consultores de Telecomunicações da Índia Ltd. (TCIL)</li> </ul>	<p>Desafios e riscos incluem a falta de forte compromisso dos Estados Membros participantes do PAeN para alocar recursos para garantir a sustentabilidade da rede, enquanto segue-se com os usuários, a fim de construir uma rede forte de Tele-Educação e de Telemedicina Pan-Africana aberta a todo mundo e não limitado ao conteúdo fornecido apenas em Inglês pela Índia ou seja, a necessidade de diversificar conteúdos e línguas para incluir outras línguas oficiais da UA (francês, árabe e português).</p>	<p>O caminho a seguir inclui o trabalho realizado pela PAeN POC: A utilização de Avaliação de PAeN pelos Estados-Membros, e esforços para vincular a PAeN com CUA e a Universidade Virtual - Africana/HRST e das iniciativas da Universidade Pan-Africana após a transferência bem sucedida da rede às Partes africanas.</p> <p>Todas essas actividades terão impacto na nova proposta da Índia de estender a assistência técnica e financeira por mais cinco (5) anos, portanto, se for acordado, resultaria em retardar ainda mais a data da transferência efectiva da PAeN às Partes africanas .</p> <p>Desde que a Assembleia dos usuários na última reunião tomou medidas/acções para garantir a transferência bem sucedida da rede para as Partes africanas, a CUA precisa de consultar com os países africanos participantes para determinar a sua resposta coletiva à oferta feita pela Índia para ampliar ainda mais a assistência por mais cinco (5) anos e tentar angariar as novas condições que os Estados-Membros gostariam de impor para ser acordada a extensão.</p>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
5	<b>Plataforma Económica Africana</b>	<p>A Plataforma Económica Africana inaugural foi realizada de 20 a 22 de Março de 2017, em Port Luis, nas Maurícias. Após o lançamento bem sucedido deste projecto Emblemático da UA, e em antecipação à próxima plataforma económica, prevista para Março de 2018, são as seguintes as actividades actuais em curso:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Finalização do relatório da Plataforma Económica Africana Inaugural (AEP) pelo Secretariado da AEP e do Comité Organizador, para a apresentação à Comissão;</li> <li>2. Apresentação do relatório da AEP como um item da agenda para o Comité dos Representantes Permanentes (CRP) e ao Conselho Executivo, durante a Cimeira de Julho 2017, para ser adoptado um projecto de decisão;</li> <li>3. Criação de uma unidade de gestão de conhecimento, para desenvolver produtos de conhecimento sobre de AEP;</li> <li>4. Gestão e disseminação de produtos de conhecimento de AEP, através de publicações e plataformas <i>on-line</i>;</li> <li>5. estratégia de comunicação melhorada, incluindo o desenvolvimento de sites e administração, gestão dos órgãos de comunicação social e publicidade materiais sociais;</li> <li>6. Interface contínuo com o País Anfitrião da Plataforma, e de agrupamentos do sector privado, tais como o Conselho Empresarial Africano e Negócios de África.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conclusão e assinatura de um Memorando de Delegação de Autoridade entre a Comissão da União Africana e a Fundação da União Africana, para o material e organização técnica da AEP;</li> <li>2. A reconstituição do Comité Organizador da AEP e do Secretariado dentro do Gabinete do Presidente.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O orçamento para a AEP está incluído no orçamento da Comissão Anual aprovado por estruturas relevantes;</li> <li>2. Como uma plataforma de geração de renda, cuja estrutura é diferente daquela da Cimeira da UA e não regida por regras de procedimento, as fontes de financiamento incluem taxas de inscrição de participantes do sector privado, bem como os académicos;</li> <li>3. Com o apoio da CUA, a Fundação da União Africana financiou os aspectos materiais e técnicos da AEP</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acordo do País anfitrião entre a Comissão da União Africana, Fundação da União Africana, e o Governo da República das Maurícias que foi finalizado e assinado à margem da Cimeira da UA de Janeiro de 2017</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Como co-organizadores, a CUA e a AUF faltavam áreas de responsabilidade, o que afectou a organização geral da AEP Inaugural claramente definida;</li> <li>2. Baixo nível de participação dos Chefes de Estado e de Governo (HOSG) conforme o previsto pelo documento de síntese, que acabou por ter um impacto sobre a natureza da participação do sector privado;</li> <li>3. A falta de um roteiro claramente delineado de actividades para manter a quantidade de movimento de AEP.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A CUA e o Estado-Membro devem determinar o nível de participação e a representação das delegações dos Estados-Membros a fim de evitar falhas diplomáticas;</li> <li>2. Os organismos como o Conselho Empresarial Africano e da Câmara de Comércio Africano devem, no futuro, ser consultados como uma interface que identifica as necessidades do sector privado;</li> <li>3. A fim de facilitar a gestão de produtos de comunicação e de conhecimento, um conjunto de casas de produção devem ser identificados pelo sector de compras da CUA para os projectos / eventos emblemáticos;</li> <li>4. Deve ser proporcionada uma linha orçamental clara para as actividades de roteiro da AEP no âmbito do BCP, para permitir a implementação de actividades de acompanhamento.</li> </ol>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
6	Instituições Monetária Financeiras Continentais	<p><b>Banco Central Africano</b> O prazo acordado no âmbito da Agenda 2063 para estabelecer a ACB é entre 2028 e 2034. Os preparativos para o ACB serão feitos através do Instituto Monetário Africano, que deverá ser estabelecido em 2018. O estabelecimento do ACB será baseado numa Estratégia Conjunta Comissão da União Africana/ Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) que foi aprovada pela Assembleia da ABCA em Agosto de 2015.</p> <p><b>Banco Africano de Investimento</b> A Assembleia da UA aprovou o Estatuto do AIB na Cimeira de Fevereiro de 2009. Em 1 de Abril de 2016, 22 Estados-Membros tinham assinado e três tinham ratificado o Protocolo, a saber: Benim, Congo e Líbia. O prazo acordado no âmbito da Agenda 2063 para estabelecer o AIB é 2025.</p> <p><b>Fundo Monetário Africano</b> A Conferência da UA adoptou o Protocolo de FMA e o Estatuto na sua Cimeira de Junho de 2014. A 1 de Abril de 2016, sete Estados-Membros assinaram o protocolo, sendo Benim, Chade, Congo, Guiné-Bissau, Mauritânia, Serra Leoa, e São Tomé e Príncipe, e nenhum tinha ratificado. O prazo acordado no âmbito da Agenda 2063 para estabelecer o FMA é de 2023.</p> <p><b>Bolsa de Valores Pan-Africano</b> O estudo técnico sobre o estabelecimento de viabilidade de uma Bolsa de Valores Pan-Africano foi realizado por um grupo independente de consultores. As conclusões do estudo foram analisadas pela Conferência dos Ministros da Economia e Finanças, realizada em Março de 2014 em Abuja, na Nigéria. A Conferência concordou que o estudo fosse novamente submetido aos Estados-Membros para comentários adicionais.</p>				<p>A criação do Instituto Monetário Africano pode ser adiada devido ao atraso na apresentação da Estratégia para adopção pela Conferência da UA.</p> <p>Processo lento de ratificação dos instrumentos legais para o AIB e o FMA.</p> <p>Os Estados-Membros não estão próximos com os comentários adicionais.</p>	<p>A Estratégia será submetida para a aprovação pela Conferência da UA em Janeiro de 2017.</p> <p>A advocacia para a assinatura e ratificação dos instrumentos legais precisa de ser levada a cabo pela Comissão.</p> <p>O estudo será submetido novamente para comentários, e depois submetido ao CTE de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração em Março de 2017.</p>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
7	<b>Programa Espacial Emblemático</b>	<p>Exercício de auditoria espacial para avaliar a capacidade dos Estados-Membros nos quatro temas do programa Emblemático Espacial.</p> <p>Quadro de implementação e Estratégia da Política Espacial Africana</p> <p>Elaboração do Estatuto da Agência Espacial Africana</p> <p>Promoção do programa Espacial Emblemático com a publicação da Política Espacial e Estratégia</p> <p>Implementação do programa de Apoio a GMES &amp; África, que contribui para o tema Observação da Terra do programa Espacial Emblemático</p>	<p>Governança da política espacial</p> <p>Equipe de Trabalho Espacial para ser estabelecida</p> <p>Estabelecido PMU de GMES &amp; África</p>	<p>Estados-Membros a apoiar o programa Emblemático Espacial</p> <p>Acordo assinado de financiamento do programa GMES &amp; Apoio de África com CE</p>	<p>CE</p> <p>USAID</p>	<p>Os recursos humanos não são suficientes para apoiar o Programa</p> <p>Desafios na criação institucional</p>	<p>Mais apoio dos Estados-Membros é necessária a fim de promover a propriedade do Programa</p> <p>A CUA e os Estados-Membros devem acelerar a criação da Agência Espacial Africana proposta</p>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
8	<b>Rede Electrónica Pan-Africana E-Network (PAeN)</b>  <b>Universidade Virtual de África</b>	<p>Estabelecer PAeN PMU</p> <p>Como um primeiro recrutamento da equipe do projecto PAeN, preparação dos TdR para os seguintes perfis; Director (P5) Coordenador de Programas Académicos (P4) para coordenar o projecto Assistente Administrativo (Bilingue) GSA5 Oficial das TIC (P2)</p> <p>Preparação das especificações de concurso com o apoio de uma empresa qualificada</p> <p>Convite internacional para a apresentação de propostas para os serviços de consultoria</p> <p>Pedido de informação ou de proposta</p> <p>Identificações dos fornecedores Workshops Identificação da solução ao Proposta de solução e validação de alto nível</p>	<p>Fazer o plano de organizar uma reunião, a preparação dos documentos de licitação para a seleção dos fornecedores</p> <p>Equipe de Trabalho da PAeN a ser estabelecida</p>	<p>O montante total do orçamento 1,97 milhões de dólares do orçamento para os projectos emblemáticos e perto de 520 000 dos Estados Membros</p>	<p>Universidade Virtual Africana, Africano da África de Sul</p>	<p>Contratar os perfis qualificados para implementar o projecto</p> <p>Escolher a abordagem da solução mais adequada</p> <p>Desafios na execução do projecto em tempo oportuno e de forma confiável</p> <p>Estender e fazer o acesso mais fácil à Universidade electrónica</p> <p>Estender a rede de Universidades</p> <p>Diversificar o conteúdo curricular</p> <p>Garantir o desenvolvimento do professor virtual em habilidades e técnicas</p>	<p>Mais apoio dos Estados-Membros é necessário a fim de promover a propriedade do Programa</p> <p>Os Estados-Membros devem trabalhar em conjunto para estabelecer a proposta PAeN</p> <p>Garantir a seleção da abordagem de solução adequada ( "clássica", nuvem ...)</p>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
9	<b>Estabelecimento de Grande Museu de África em Argel, Argélia</b>	<p>– O Ponto Focal para o Museu por parte da Argélia foi indicado;</p> <p>– Preparação para a realização da 1ª Reunião do Comité Técnico em curso</p> <p>Comissário para os Assuntos Sociais visitou o site e discutiu as acções de acompanhamento com o Ministro da Cultura de Argel</p>	O Grande Museu da África foi declarado um projecto emblemático da Agenda 2063 da UA em Julho 2016 pelo Conselho Executivo para mostrar a rica herança cultural da África	<p>– O Governo argelino não tem capacidade de financiar a iniciativa sozinho;</p> <p>– A Argélia foi solicitada a produzir um orçamento estimado para o qual os Estados-Membros da UA devem contribuir;</p> <p>– Nenhum financiamento foi alocado para o Departamento de Assuntos Sociais (DSA) para este ano implementar as actividades relacionadas com o Grande Museu de África</p>	– O DSA e a UNESCO incluiu o estabelecimento do Museu como uma das actividades do RCM sob o Sub Grupo da Cultura	Falta de fundos	<p>– Os Estados-Membros devem comprometer o financiamento para a iniciativa para ajudar a Argélia.</p> <p>-O Comité Técnico de Museu, liderado pela Argélia e apoiado pela CUA, deve ser estabelecido para desenvolver o seu roteiro para o estabelecimento do Grande Museu de África</p>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
10.	<b>Zona de Comércio Livre Continental</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reunião da Força de Trabalho Continental (CTF),</li> <li>• Reunião do Fórum de Negociação (FN),</li> <li>• Reunião das Autoridades Comerciais Seniores (STO),</li> <li>• Reunião dos Ministros Africanos de Comércio (AMOT),</li> <li>• Reunião do Grupo de Trabalho Técnico (GTT),</li> <li>• Exercícios de formação em TRIST do Banco Mundial,</li> </ul> Elaboração do texto acordo.	Unidade DTI da ZCLC é o Secretariado para as negociações de ZCLC	Actividades da ZCLC apoiadas pela União Europeia	<ul style="list-style-type: none"> <li>• UNECA</li> <li>• UNCTAD</li> <li>• BAD</li> <li>• GFA</li> <li>• GIZ</li> <li>• PTB</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nomeação de um campeão (Presidente do Níger) para galvanizar o progresso em direção a finalização da ZCLC,</li> <li>• Finalização das modalidades, Finalização do projecto de texto do protocolo, Acordos da TIG e TIS e Apêndices</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma reunião CTF, duas reuniões do FN e uma reunião do TWG que restam este ano.</li> </ul> A ZCLC está prevista para ser concluída até ao final deste ano.

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
11.	<b>Estratégia de Produtos Africanos</b>	<p>A Estratégia de Mercadorias Africanas foi criada sob a Declaração de Arusha e o Plano de Acção sobre os Produtos Africanos (2005) acordado pelos Ministros do Comércio e Indústria e aprovado pela Cimeira de 2006.</p> <p>Em geral, a Estratégia de Mercadorias visa a melhor a situação dos Produtos em África; Melhorar a participação dos produtores africanos e empresas na esfera de cadeia de abastecimento internacional; melhorar as capacidades dos produtores e comerciantes com mercadorias africanas; aumentar a competitividade do sector de Produtos de Base Africanos e sua contribuição para o desenvolvimento e proporcionar um ambiente favorável ao investimento e industrialização.</p> <p>Neste momento, está em curso a alteração e a actualização da Estratégia de Mercadorias por forma a envolver a transformação e o processamento de produtos e recursos naturais; e para o desenvolvimento da cadeia de valor regional.</p>	<p>Estabeleceu-se a Força de Trabalho de Mercadorias, um grupo de reflexão mandatado para orientar e dar orientação sobre finanças de mercadoria, absorver os choques de volatilidade dos preços e ao nível internacional, proporcionar ideias sobre como gerir melhor o comércio de mercadorias.</p> <p>Plano de discussões das matérias-primas com os funcionários competentes encarregados de comércio, indústria e mineração em todos os Estados-Membros com o objectivo de estabelecer uma bolsa de mercadorias regionais</p>			<p>1. Necessidade de informações sobre Mercadorias nos EM, a fim de estabelecer a melhor forma de ajudar a respeito das mercadorias variados e a sua gestão por parte do governo e do sector privado.</p> <p>2. Restrições orçamentais que inibem o trabalho da Força de Trabalho de Mercadorias</p> <p>3. Capacidade humana limitada dedicada à implementação da estratégia de mercadorias numa esfera Regional, Continental e no mercado internacional</p>	<p>1. Há uma necessidade de convidar as partes interessadas relevantes para se envolver com a Força de Trabalho de Mercadorias</p> <p>2. Há uma necessidade de envolvimento dos departamentos da CUA relevantes na implementação da Estratégia de Mercadorias.</p>

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
12.	<b>Silenciamento de Armas Até 2020</b>	Roteiro Mestre sobre o Silenciamento de armas, Roteiro de APSA	Pilares de APSA: CPS, CEWS, ASF, Painel de Sábios, CER / MR, Fundo da Paz	Fundo da Paz 7% a partir do orçamento regular, financiamentos dos Estados Membros, financiamento dos Parceiros	ONU, UE, LAS, bilateral, por exemplo. EUA, Turquia, China, etc.	Financiamento; falta de capacidade, problema de vontade política	Implementação da decisão de financiamento de Kigali, aumentar a capacidade do departamento, entrar-se na implementação das decisões

No	Projecto	As actividades em curso	Acordos institucionais	Financiamento	Parcerias	As principais questões / Desafios	Recomendações / Caminho a Seguir
13.	<b>Livre Circulação de Pessoas e Passaporte Africano</b>	O processo de negociação está em curso no que diz respeito à formulação de um projecto de tratado sobre a livre circulação de pessoas, conforme foi indicado pela Conferência dos Chefes de Estado e do Governo, através da Decisão Assembly. Assembly / AU / DEC.607 (XXVII). Esta decisão determinou que o Tratado deve estar pronto para aprovação em Janeiro de 2018.	<p>Mecanismo de implementação e roteiro são suposto a ter lugar entre a União Africana e as CER para entender melhor a implementação em curso sobre a livre circulação na respectiva região.</p> <p>O encontro previsto não aconteceu devido à restrição de tempo, um consultor será contratado para elaborar o documento que será apresentado aos Estados-Membros em Kigali no final deste mês</p>	forte parceria com os seguintes parceiros tradicionais e doadores. Os Estados-Membros se comprometeram igualmente em algum montante ao processo.	No processo de livre circulação, a Comissão tem parceria concreta com a UE, GIZ, o ACNUR, a OIM	<p>As restrições orçamentais para reuniões com financiamento na totalidade.</p> <p>As discussões sobre a Livre Circulação ainda está para ser compreendida e contextualizadas dentro do continente</p>	Nomear um enviado especial para promover e defender a iniciativa